



Projeto de Lei nº 76/2025
Autor: Vereadora Nadja Ferreira de Araújo Lagares

***DISPÕES SOBRE A PROIBIÇÃO DE PROTESTO DE
DÍVIDAS INFERIORES A UM SALÁRIO-MÍNIMO
REFERENTES A DÉBITOS DE IPTU NO MUNICÍPIO DE
ESPIGÃO DO OESTE E ESTABELECE ALTERNATIVAS
DE COBRANÇA E PARCELAMENTO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.***

A Vereadora que o presente subscreve, nos termos do art.125, §1º, inciso I, do Regimento Interno, propõe a aprovação do seguinte Projeto de Lei:

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE-RO, no uso das atribuições previstas no artigo 60, inciso IV, da Lei Orgânica do Município, FAZ SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e ele sanciona a seguinte LEI:

Art. 1º Fica proibido ao Município de Espigão do Oeste protestar débitos relativos ao Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) cujo valor seja inferior a um salário-mínimo vigente.

Art. 2º Para os débitos de IPTU inferiores a um salário-mínimo, o Poder Executivo Municipal deverá adotar as seguintes medidas alternativas de cobrança:

- I. Notificação extrajudicial, com prazo mínimo de 60 (sessenta) dias para regularização;
- II. Oferecimento de parcelamento em 12 (doze) vezes mensais e consecutivas, sem acréscimo de juros ou multa, desde que o contribuinte não possua outros débitos em aberto com o Município;
- III. Realização de campanhas de conscientização sobre a importância da regularização dos débitos, com divulgação de prazos e condições de pagamento.

Parágrafo único: O parcelamento previsto no inciso II poderá ser renegociado uma única vez, em caso de comprovada dificuldade financeira do contribuinte, desde que mantido o número máximo de parcelas.

Art. 3º Os débitos de IPTU já protestados cujo valor seja inferior a um salário-mínimo deverão ser cancelados do registro de protestos, desde que o contribuinte regularize a situação no prazo de 90 (noventa) dias a partir da publicação desta lei.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir de sua publicação, definindo os procedimentos para implementação das medidas previstas nos artigos anteriores.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Romeu Francisco Melhorança, Espigão do Oeste-RO, 22 de maio de 2025.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente,

Senhores Vereadores.

O presente projeto de Lei visa proteger os contribuintes de baixa renda, evitando que pequenos débitos de IPTU, muitas vezes resultantes de dificuldades financeiras pontuais, sejam protestos e gerem consequências desproporcionais, como a restrição ao crédito e a inclusão em consequências desproporcionais, como a restrição ao crédito e inclusão em cadastro restritivos.

A proposta busca equilibrar a necessidade de arrecadação municipal com o princípio da razoabilidade, oferecendo alternativas mais justas e acessíveis humanitários de eficiência administrativa, o projeto alinha-se às melhores práticas de gestão pública e à promoção da dignidade dos cidadãos.

Atenciosamente,

Nadja Ferreira de Araújo Lagares.

Palácio Romeu Francisco Melhorança, Espigão do Oeste-RO, 22 de maio de 2025.

Nadja Ferreira de Araújo Lagares
Vereadora da CMEO

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ESPIGÃO DO OESTE-RO - CNPJ: 04.391.603/0001-12

Rua Vale Formoso, nº 1896 - Bairro Vista Alegre - CEP: 76.974-000 Espigão do Oeste - Rondônia



SIMPLES
ASSINATURA
ELETRÔNICA
LOGIN E SENHA

Documento assinado eletronicamente por **Nadja Ferreira de Araújo Lagares, Vereadora**, em 22/05/2025 às 10:48, horário de Espigão do Oeste/RO, com fulcro no art. 17 da [Resolução nº 90 de 18/06/2021](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site transparencia.espigaodoeste.ro.gov.br, informando o ID **1099403** e o código verificador **CE012037**.

Referência: [Processo nº 54-76/2025](#).

Docto ID: 1099403 v1